



Instituições regionais do oeste catarinense conhecem projeto de usina de biogás da UFES

A assessora do Reitor, Iara Dreger, fez a apresentação técnica do projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFES) para uma usina de biogás na quinta-feira (31), em Chapecó. O projeto, que será desenvolvido no período de 2011 a 2013, tem como propósito a aplicação de uma tecnologia de conversão de biomassa em energias renováveis elétrica e térmica em grande escala já consolidada em países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá.

O reitor da UFES, Jaime Giolo, presente à apresentação, explicou que o projeto da usina é considerado importantíssimo para a instituição, contribuindo com a pesquisa, e também para as necessidades regionais, já que há grande produção agropecuária no Oeste catarinense. “Queremos que a instituição abrace a busca de alternativas viáveis para o desenvolvimento”, ressaltou.

Conforme Giolo, a intenção é de que a usina produza energia suficiente para atender à necessidade de uma comunidade de 10 mil pessoas, correspondente ao consumo de energia do novo campus da UFES em Chapecó. O investimento previsto é de R\$ 12 milhões. Nesse sentido, já iniciaram as tratativas para a captação de recurso. “Mas é preciso ter um projeto forte e com respaldo de instituições”, afirmou o reitor, já convidando os representantes das instituições presentes para que se envolvam no projeto.

O projeto prevê o uso dos dejetos provenientes da pecuária e do lixo orgânico urbano para a produção de energia. A supervisão da usina



Yusara Migon/UFES

será automatizada, podendo ser acompanhada pelos alunos em sala de aula, em tempo real, e pelos futuros parceiros participantes do projeto.

De acordo com o projeto, pretende-se transformar a UFES em um centro de referência para o desenvolvimento de tecnologias apropriadas às biomassas excedentes nas atividades econômicas da região, e de tecnologias de inovação de modo geral, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, tecnológico e econômico da região do Alto Rio Uruguai, da mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e, por conseguinte, do Brasil.

Segundo Iara, a tecnologia utilizada é a mais inteligente para converter biomassa em energia. Na Alemanha, conforme a pesquisadora, a previsão é de que 40 mil unidades estejam implantadas até 2020, gerando energia equivalente à produção da Usina de Itaipu.

LEIA TAMBÉM:

Comunidade conhece projetos de infraestrutura dos campi definitivos

p.3 a 5

UFES trata da Educação Integral com MEC

p.6 a 9



Para a implantação do projeto da UFFS, seis etapas foram estabelecidas: 1) metodologia; 2) levantamento, consultas e parcerias; 3) busca de empresas para a realização dos estudos; 4) avaliação do estudo preliminar e formatação do texto para licitação do projeto executivo e projeto ambiental; licitação do projeto executivo e projeto ambiental; 5) contratação e desenvolvimento dos projetos; 6) execução dos projetos complementares; licitação de obra; contratação da obra e compra de equipamentos; colocação da usina em funcionamento.

Participaram da reunião secretários, presidentes e gerentes regionais de instituições que podem ser parceiras do projeto: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), secretaria

de Agricultura de Chapecó, prefeitura e secretaria de Agricultura de Guatambu, Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), Sindicato Rural, Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), colegiados dos secretários de Agricultura do Oeste, Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc) e secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR).

O projeto já tem o termo de compromisso assinado com a prefeitura de Guatambu. Pelo termo, fica estabelecido que o município irá alimentar a usina com o excedente da produção pecuária e resíduos urbanos do município (aproximadamente 19 mil toneladas de cama de aviários; 70 mil toneladas de dejetos de suínos; mil toneladas de carcaças; e mil toneladas de orgânicos urbanos), livre de custos. Em contrapartida, o biofertilizante (biomassa processada na usina) será devolvido pela UFFS ao município, também sem custos. Pelo cronograma estabelecido no termo,

até maio de 2011 deve ser assinado o Termo de Cooperação Técnica para a implantação do projeto e construção da usina que deve entrar em funcionamento no segundo semestre de 2013.



Reitor

Jaime Giolo

Vice-reitor

Antônio Inácio Andrioli

Diretor de Comunicação

Valdir Prigol

Secretaria

Rachel Comachio Zago

Redação

Adriano Sisanandes (RS 08919 JP)

Lilian Carla Simioni (SC 02120 JP)

Chefes do serviço de apoio à comunicação

Kelly Cristina Reis (Erechim)

Mariângela Brum Frota (Cerro Largo)

Gilmar Hellmann (Laranjeiras do Sul)

Christiano Castellano (Realeza)

Chefe de programação visual

Yusaná Cauê Mignoni

Boletim Informativo da Universidade Federal de Fronteira Sul.

Diretoria de Comunicação (comunicacao@uffs.edu.br)

www.uffs.edu.br Fone: (49) 2049-1400

Comunidade conhece projetos de infraestrutura dos campi definitivos



Yusara Mignoni/UFFS

Os projetos de infraestrutura dos cinco campi definitivos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foram apresentados às comunidades de Realeza, Cerro Largo, Laranjeiras do Sul, Erechim e Chapecó nas últimas semanas. A Leitura Comunitária, promovida pela Secretaria Especial de Obras (SEO), abriu espaço para que a comunidade fizesse sugestões aos projetos, que vêm sendo desenvolvidos pelas empresas vencedoras das licitações.

Nos eventos foram apresentados os projetos de Urbanização – implantação urbanística, geométrico de implantação urbanística, paisagismo, terraplenagem, pavimentação, sinalização viária e segurança do fechamento do campus – e os complementares – drenagem pluvial urbana, rede de esgoto e sistema de tratamento, sistema de captação, tratamento

e reservação de água potável, rede elétrica, subestações e iluminação, rede de telecomunicações e reserva legal, licença prévia e documentos de tratamentos ambientais.

Segundo o secretário Especial de Obras, engenheiro **Paulo Roberto Pinto da Luz (fotos)**, os projetos têm seis meses para serem entregues pelas empresas vencedoras das licitações (Drenatec em Chapecó, Cerro Largo, Realeza e Laranjeiras do Sul; e Debortoli, em Erechim). Até lá, os projetos passam por cinco etapas: o programa de necessidades, o estudo preliminar, o ante projeto, o projeto básico e o projeto executivo, que deverá estar pronto em julho. Entre a fase do ante projeto e do projeto básico, mais uma rodada de leituras comunitárias acontecerá.

Para o secretário, as leituras foram bastante produtivas, atingindo seus objetivos. Em geral, as comunidades levantaram questões



Yusara Mignoni/UFFS

de acessibilidade, cobertura para o trânsito das pessoas e ciclovia. As sugestões que não estavam nos projetos serão analisadas e, as que estiverem de acordo, incorporadas. Após a entrega dos projetos a UFFS fará a licitação para a execução das obras.

Realeza



A primeira sessão de leitura pública do projeto de infraestrutura do Campus Realeza foi um momento em que as comunidade interna e externa da UFFS puderam avaliar o que está sendo proposto para o campus e, também, apresentar críticas e sugestões para a equipe da empresa que está elaborando o projeto.

É nesse projeto que serão definidos o traçado dos caminhos, a localização dos prédios, arborização, entre outros elementos com os quais a comunidade vai interagir quando circular dentro do campus. A sessão contou com a presença de várias lideranças da comunidade municipal, além de professores, técnico-

administrativos e estudantes, que participaram ativamente no debate que aconteceu na manhã do dia 24.

Erechim

Em Erechim, a leitura comunitária dos projetos de infraestrutura do novo campus aconteceu no dia 21. O auditório do campus ficou lotado com a presença de estudantes, servidores, autoridades e diretores de outras instituições, além do reitor da UFFS, Jaime Giolo. O diretor do Campus Erechim, Ilton Benoni da Silva, agradeceu a presença de todos, destacando que “o diálogo, a troca, não é algo circunstancial. É algo inerente ao projeto desta universidade, que nasceu participativa e pública de fato”.

Os projetos de urbanização e complementares foram apresentados pela empresa Debortoli Arquitetura e Planejamento Ltda, responsável pela obra. Após a apresentação, o público presente pode fazer apontamentos e dar sugestões. Segundo o secretário especial de obras da UFFS, Paulo Roberto Pinto da Luz, todos os apontamentos serão considerados e poderão ser incorporados aos projetos.



 @uffsonline

 facebook.com/
uffsonline

Cerro Largo



Divulgação/UFFS

Exatamente um ano após o início das aulas, a Secretaria Especial de Obras da Universidade Federal da Fronteira Sul, realizou na terça-feira dia 29 de março, uma Leitura Comunitária no Campus Cerro Largo. Na ocasião, foram apresentados à comunidade regional os projetos de Infraestrutura, Urbanização e Paisagismo do campus definitivo. Diversos segmentos da comunidade marcaram presença, como o Presidente da Associação dos Municípios das Missões, representando 26 municípios da região,

representantes dos Movimentos Sociais e Comitê Macromissionário Pró-UFFS, Prefeitura e Câmara Municipal de Cerro Largo, professores, técnico-administrativos e acadêmicos.

O coordenador Administrativo do campus, Melchior Mallmann, salientou a importância da realização da Leitura Comunitária, pois dessa forma a UFFS demonstra sua preocupação em manter-se inserida na comunidade regional, mostrando-se fiel à sua responsabilidade para com o desenvolvimento regional.

Chapecó

O campus-sede foi o último a receber a leitura comunitária, no dia 30. O reitor da UFFS, Jaime Giolo, falou das expectativas em iniciar o ano letivo já nos campi definitivo e fez uma homenagem à equipe da SEO, que está à frente dos projetos e obras da instituição. Paulo falou sobre a previsão da segunda leitura comunitária, lembrou que mesmo antes da lei de criação da UFFS um grupo já pensava na distribuição dos prédios, como e quais seriam feitos antes. Comentou que em Chapecó o valor do projeto é de R\$ 213.415,00 e que a ordem de serviço foi dada à empresa no dia 24 de janeiro. Depois da apresentação do engenheiro da empresa vencedora da licitação, Alexandre Horiye, foi aberto espaço para sugestões ao projeto.



Yasmin Mignoni/UFFS

Laranjeiras do Sul

Em Laranjeiras do Sul a leitura comunitária aconteceu com o auditório da UFFS lotado. Havia representantes de todos os cursos de graduação, professores, técnico-administrativos, secretário municipal de governo, secretário municipal de educação, representantes do CREA (Engenheiros e Arquitetos), representantes de movimentos sociais, do Assentamento 8 de junho e outras categorias sociais. Além dos esclarecimentos, foram sugeridas várias propostas para os engenheiros que apresentaram o projeto.



Marietes Eleutério / Jornal Correio do Povo do Paraná

UFFS trata da Educação Integral com MEC

Yasmin Mignoni/UFFS



Educação Integral mais discutida

Na mesma tendência regional sentida pelo professor Corá, com a procura de prefeituras da região de abrangência da UFFS, a professora **Gesuina Leclerc** considera que a Educação Integral vem ganhando mais espaço nas pautas de discussão de todo país. Na entrevista concedida à UFFS, ela afirma que a demanda por educação de mais qualidade é sentida pelos poderes públicos e sociedade. Não acreditando em uma fórmula para a implantação da Educação Integral nas cidades, ela aponta que os projetos precisam levar em consideração o desenvolvimento da pessoa de modo abrangente, - tendo presente a tarefa de ampliar as oportunidades educativas, o tempo em atividades educativas e os espaços educativos.

Por que a Educação Integral está ganhando mais atenção nos últimos anos?

Porque o direito à educação e as demandas por educação de qualidade são mais e mais reconhecidos pelos poderes públicos e diferentes setores da sociedade. As funções da escola foram ampliadas e complexificadas em relação aos usos da informática e das mídias nos mais diferentes âmbitos da vida, ao acompanhamento pedagógico, às manifestações da violência nos espaços

O Ministério da Educação (MEC) chamou as universidades federais que desenvolvem trabalhos na Educação Integral para uma reunião por videoconferência na última quarta-feira (06). Da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), participou o coordenador da Especialização em Educação Integral, Élsio Corá.

A reunião serviu principalmente para que as universidades conhecessem como ficou a estrutura da Secretaria de Educação Básica, que abriga a Educação Integral, após as mudanças no MEC devido à sucessão presidencial. Também falaram pessoas do MEC ligadas à Educação Integral, como Jaqueline Moll, da Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica, que tratou da “Educação Integral no contexto da Educação Básica: LDB, PNE e DCN”.

Segundo Corá, 24 universidades participaram da reunião. Ele aponta que as questões mais urgentes para as instituições foram relativas a recursos não empenhados e devol-

vidos ao MEC, e que não haviam voltado às universidades devido à mudança no ministério. Conforme o professor, as dúvidas foram sanadas sobre os procedimentos necessários e, no caso da UFFS, até o fim do mês de maio os recursos virão para a universidade.

Conforme Corá, apesar do problema, nenhuma atividade da especialização da UFFS foi prejudicada. “A UFFS está honrando os compromissos com os professores de fora e esse fato não está prejudicando em nada o curso”, afirmou.

A especialização, segundo o coordenador, tem um diagnóstico excelente até o momento. Além disso, cresce a procura de informações por parte de prefeituras e secretarias de educação. “Estamos recebendo muitas ligações da região para viabilizar um novo curso. Alguns municípios até colocam locais à disposição. A demanda nos mostra o Norte para pensarmos as políticas de graduação, de ensino e de formação de professores na UFFS”, ressalta.



públicos e à adoção de estratégias de mediação de conflitos no ambiente escolar, aos cuidados com o meio ambiente, aos direitos humanos, ao reconhecimento da diversidade, à compreensão do mundo da economia e do trabalho, ao funcionamento das finanças e outras demandas. Cada vez mais é preciso combinar os processos escolares com as práticas educativas que transcendem a escola, sobretudo nos contextos de vulnerabilidade e de desigualdade social que ainda marcam a sociedade brasileira. Também se destacam os processos de avaliação da aprendizagem pelos sistemas de ensino, em que se argumenta em favor de ampliação do tempo diário do estudante na escola e em atividades educativas.

Como é a preparação dos professores das experiên-

cias já existentes de Educação Integral?

A formação compõe as políticas de valorização dos profissionais de educação, articulada às ações em favor do Piso Salarial Profissional Nacional e da carreira. A jornada completa do estudante também depende da jornada completa do professor em uma mesma escola, incluindo não só o tempo dedicado à sala de aula, como também ao tempo de planejamento coletivo, visita às famílias e estudo na universidade. Faz parte da constituição do Sistema Nacional de Formação. Outra característica refere-se ao reconhecimento das experiências históricas das escolas de tempo integral no Brasil. Destacam-se as Escolas-parques com o Anísio Teixeira; e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) concebidos

sob a parceria Darcy Ribeiro e Leonel Brizola; são experiências descontinuadas em nossa história, que precisam ser revisitadas e estudadas porque têm muito a nos ensinar. A pesquisa é parte constitutiva dessa formação e articula a experiência efetiva da escola, dos sistemas de ensino com os processos teórico-metodológicos próprios do espaço acadêmico.

Na sua opinião, o assunto ainda é pouco discutido no Brasil? O que vem sendo discutido, quais as linhas e tendências para a Educação Integral?

O assunto está em pauta, graças a uma série de eventos recentes. O debate está em curso e será intensificado, conforme essa pauta. O Fundo de

Manutenção, Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), Lei n.º 11.494/2007, abarcou a possibilidade de financiamento da educação de tempo integral. O Programa Mais Educação, instituído por meio da Portaria Interministerial n.º 17/2007 e regulamentado pelo Decreto n.º 8073/2007, possibilitou o fomento de atividades de educação integral para ampliar o tempo diário de permanência na escola, de modo a constituir uma jornada de sete horas diárias, em parceria com estados e municípios. Trata-se de uma ação inspirada em práticas governamentais e não governamentais como as experiências do Município de Apucarana, Belo Horizonte, do Bairro Escola de Nova Iguaçu e do Cidade Escola Aprendiz. Em relação ao Plano Nacional de Educação, encaminhado ao Congresso Nacional,

destaca-se a meta seis, por se comprometer com a oferta da educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica. O Congresso também discute o Projeto de Emenda Constitucional n.º 134/2007, de autoria do Deputado Alcenir Guerra, prevendo o atendimento em tempo integral nas escolas públicas. Para isso encontra-se instalada uma Comissão Especial. Pode-se recuar um pouco no tempo e considerar que a Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9396/1996, em seu artigo 34 lançou a possibilidade de ampliação da jornada, a critério dos sistemas de ensino. O Plano Nacional de Educação de 2001 apresentou o tempo diário de escola de 7 horas como referência

para o tempo integral. O debate é abrangente e plural. Há o nível institucional, em que se discute a legislação, a regulamentação. Há o nível de indução da política pública em que se promove a oferta de atividades de educação integral e nesse nível se discute tanto as condições logísticas, os espaços físicos, os profissionais, a organização do tempo e da rotina diária da escola, o financiamento e a gestão, os conhecimentos científicos, clássicos, populares, as linguagens, mídias, manifestações culturais, esporte, lazer, meio ambiente, saúde e

“É preciso cuidar para não se oferecer ‘mais do mesmo’. Oferecer dois turnos em uma mesma escola, para um mesmo aluno não significa oferecer educação integral. É preciso compreender o desenvolvimento da pessoa de modo abrangente, tendo presente a tarefa de ampliar as oportunidades educativas...”

alimentação saudável, políticas sociais, e outros temas. A riqueza dessa combinação é justamente o fato de se instaurar o debate sobre a qualidade do tempo diário de permanência na escola e em atividades educativas em outros espaços, sob coordenação da escola. Essa qualidade implica no quanto a escola precisa ser atraente para os estudantes. Nesse ambiente de debate seria prematuro falarmos em linhas e tendências sobre o assunto.

Como viabilizar a Educação Integral nos estados e municípios?

Pode-se viabilizar a educação integral por meio da estratégia do Programa Mais Educação, por

iniciativas próprias e ainda combinando essas duas estratégias. Uma característica marcante dessa viabilização encontra-se na convergência das políticas sociais, educacionais, culturais, de esporte e lazer em relação às comunidades escolares. Isso potencializa a aplicação dos recursos e a oferta do conjunto de políticas públicas, de modo que o estudante seja apoiado em seu direito de aprender e não apenas de frequentar a escola. O Programa Mais Educação oferece dez macrocampos de atividades de educação integral. 1)

Acompanhamento pedagógico: matemática, letramento, ciências, história e geografia, línguas estrangeiras e filosofia e sociologia; 2) Meio Ambiente: Agenda 21 na escola/ com-vida, horta escolar e/ ou comunitária; 3) Esporte e lazer: recreação e la-

zer, voleibol, basquete, basquete de rua, futebol, futsal, handebol, tênis de mesa, judô, karatê, taekwondo, yoga, natação, xadrez tradicional, xadrez virtual, atletismo, ginástica rítmica, corrida de orientação, ciclismo, tênis de campo e o Programa Segundo Tempo; 4) Direitos humanos no ambiente escolar. 5) Cultura e Artes: leitura, banda fanfarras, canto coral, hip-hop, danças, teatro, pintura, grafite, desenho, escultura, percussão, capoeira, iniciação musical por meio da flauta doce, cineclube, práticas circenses, mosaico; 6) Cultura digital: software educacional, informática e tecnologia da informação, ambiente de redes sociais; 7) Prevenção e promoção da saúde: atividades de pre-

venção e promoção da saúde; 8) Educação e uso de mídias: jornal escolar, rádio escolar, histórias em quadrinhos, fotografia e vídeo; 9) Investigação no campo das ciências da natureza: laboratórios e projetos científicos; 10) Educação econômica: atividades de educação econômica. A cada ano o censo escolar contabiliza as matrículas, considerando como tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares. Essa contabilização orienta a cobertura do financiamento da educação integral por meio do FUNDEB.

Qual o diferencial dos estudantes que têm a oportunidade de estarem dois períodos na escola?

É preciso cuidar para não se oferecer “mais do mesmo”. Oferecer dois turnos em uma mesma escola, para um mesmo aluno não significa oferecer educação integral. É preciso compreender o desenvolvimento da pessoa de modo abrangente, tendo presente a tarefa de ampliar as oportunidades educativas, o tempo em atividades educativas e os espaços educativos. A UNICEF e o Ministério de Educação estudaram algumas experiências de escolas que se destacaram nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e por eles pode-se reconhecer a importância de um conjunto de práticas culturais, democráticas e qualificadoras do ambiente escolar. Essas práticas indicam esse diferencial em termos de ampliação de oportuni-

dades educativas que favorecem escolhas nos diferentes âmbitos da vida. Uma criança que experimenta e vivencia canto, dança, teatro, pintura, programas de rádio, produção de jornais, aprendizado de instrumentos musicais, esportes, cinema, estudo de línguas estrangeiras, aulas passeio, aulas de campo, excursões, visita a monumentos, cultivo de plantas, ao lado das disciplinas clássicas, tem melhores condições de fazer escolhas na vida pessoal e profissional. Esse tipo de experiência não pode continuar restrita a determinados setores da sociedade. Educação não pode ser privilégio. Além disso, a consciência e o domínio de uma habilidade atuam sobre a auto estima e aprendizado.

Quais as iniciativas do MEC no sentido de apoiar as experiências de Educação Integral?

Como antecipamos desde o início, trata-se da implementação do Programa Mais Educação que fomenta o desenvolvimento das atividades de educação integral por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em articulação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Saúde na Escola (PSE).

A Sra. citou que os alunos da Especialização em Educação Integral da UFFS são os primeiros do país a participarem de um curso nesses moldes. Em que sentido essa ação é um ganho para a região de atuação da instituição?

Sim, a UFFS desenvolve o primeiro curso de especialização sobre educação integral, desde a proposição do Programa Mais Educação. Até então foram desenvolvidos cursos de aperfeiçoamento e de extensão no âmbito da Universidade Aberta do Brasil e de Universidades Federais em Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, Acre, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí. A ação é um ganho porque pode se somar a *expertise* desta universidade, no momento em que tudo está começando, tanto a universidade como a política de educação integral. Há uma articulação direta com as redes de ensino, o que também qualifica a demanda e valoriza a interlocução institucional no campo da formação.

Existe algum país que o Brasil poderia se espelhar na Educação Integral?

O aspecto comparativo em caráter internacional é mais presente em relação ao tempo diário de permanência na escola, quando se fala em Programa Internacional Avaliação de Alunos (PISA). Entra em jogo a questão da desigualdade social e da diversidade cultural e essa está associada à oferta de educação integral. Não se trata de se espelhar, mas de estabelecer de trocas de conhecimentos e de tecnologias sociais. Em dezembro de 2010 o Ministério da Educação promoveu seminário internacional com a participação de representações dos Governos da Coreia do Sul, França, Espanha, Finlândia e Inglaterra e essa interlocução deve se ampliar com a participação de representações da América Latina, Caribe e África. □

